



O problema da eficácia das formações ideais: o pensamento econômico como ideologia

The problem of the efficacy of ideal formations: economic thought as ideology

Elcemir Paço Cunha*

Resumo: O artigo desenvolve o critério prático-concreto para a análise do pensamento econômico como ideologia. Para tanto, estabelece a natureza dessa forma de consciência científica e os desvios da tradição marxista a respeito da relação entre pensamento econômico e ideologia. Por fim, recupera alguns lineamentos de Marx a respeito que permitem estabelecer aquela análise. Conclui-se pela necessidade de aprofundamento a respeito dos detalhes do processo histórico de conversão do pensamento econômico em ideologia.

Palavras-chave: Pensamento econômico; ideologia; tradição marxista.

Abstract: The paper develops the practical-concrete criterion for the analysis of economic thought as ideology. To this end, it establishes the nature of this form of scientific consciousness and the deviations from the Marxist tradition regarding the relationship between economic thought and ideology. Finally, it recovers some of Marx's guidelines on this subject that allow to establish that analysis. It is concluded that there is a need to deepen the details of the historical process of conversion of economic thought into ideology.

Keywords: Economic thought; ideology; Marxist tradition.

I.

Uma das vulgatas mais repetidas dentro e fora da tradição marxista é aquela que retira toda a potência do plano das formas de consciência. No interior dessa tradição, a vulgata se alimentou do sempre renovado terror à contaminação idealista. Fora dela, deu-se a repisada acusação de mecanicismo econômico. Todos já estão familiarizados com tais espantalhos que grassaram principalmente as ciências sociais.

Essa vulgaridade alimentou diferentes empreitadas aproximadamente naquela tradição. Houve quem buscasse complementações exógenas diante de uma suposta insuficiência em reconhecer o papel do plano das ideias. Formaram-se escolas inteiras nessa direção, a exemplo daquela encabeçada por Adorno e Horkheimer. Houve

* Doutor em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGAdm/UFJF. *E-mail:* paco.cunha@ufjf.br

também o louvável esforço de retorno aos textos de Marx com o fito de estabelecer o lugar da potência das ideias. Como se sabe, Gramsci, aprisionado pelo então regime italiano, não encontrou as melhores condições para a tarefa. Lukács, comparativamente em melhores circunstâncias, pode ser visto, desde *História e consciência de classe* pelo menos, como uma expressão da necessidade de estabelecer a retidão da questão e obteve resultados destacáveis em suas obras de maturidade, sobretudo em *Para uma ontologia do ser social*.

Esse material do último Lukács registrou que “a mais pura das verdades objetivas pode ser manejada como meio para dirimir conflitos sociais”. Para o filósofo, “ser ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais” uma vez que ela é determinada objetivamente, como uma “função social” (LUKÁCS, 2013, p. 564), isto é, por seus efeitos – trata-se aqui de um critério prático-concreto que fundamenta a análise. A questão central se revela no fato de que “não decorre nem que a correção científica deva inibir o poder de persuasão da ideologia como ideologia, nem que algo surgido de modo puramente científico não possa desempenhar um grande papel ideológico” (p. 565) de maneira a influir na realidade social. Em suma, “nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia”. Então, o arremate: “eles podem vir a tornar-se uma ideologia”. De tal maneira, formações ideais tornam-se ideologia “só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (p. 467).

Depreende-se daí a determinação ontológica da ideologia (VAISMAN, 2010) como elemento fulcral desses resultados referentes à potência do plano das ideias. O sublinhado sob a transformação das formas de consciência em veículo “teórico ou prático” ocupa lugar especial nessa determinação. Sobretudo quando estamos especialmente interessados no aspecto mais “desmaterializado” (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 25) da questão (quando comparado à estrutura jurídica e política), nos exemplos da filosofia e da ciência, em cujo âmbito incluímos aqui o *pensamento econômico* como nosso objeto básico de atenção.

Nesse âmbito, e ao contrário da tendência predominante no que toca o tema, a ideologia (ou, no caso, as ideias filosóficas, científicas e, pois, econômicas) não pode ser encarada a partir da teoria do conhecimento que a estabeleceu como falsidade,

ilusão, distorção e terminologias semelhantes. A teoria do conhecimento “não é o órgão apropriado à diferenciação entre ideologia e não ideologia”, explicou Lukács (2013). A “função social decide se algo se torna ideologia, e sobre isso a gnosiologia, por sua essência, não pode dispor” (pp. 568-9). Por não ser, essencialmente, um problema de natureza gnosiológica, a ideologia deve ser apreendida por seus efeitos histórico-concretos, e isso, em termos fundamentais, independentemente da falsidade ou verdade de seu conteúdo, como os argumentos anteriores de Lukács dão os fundamentos. O cerne está registrado no critério prático-concreto, que diz respeito aos efeitos das formações ideias tornadas ideologia.

Cabe, portanto, isolar esse critério, dos *efeitos históricos e concretos*, para a determinação da ideologia. Por meio dele ilumina-se que a ideologia não nasce como tal, como indicado. As formas de consciência são vertidas em ideologia e, de modo tal, que “essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas” (VAISMAN, 2010, p. 51). Essa função, no sentido de seus efeitos, tem por objeto as consciências e as condutas, ambas informadas pelo conflito social em suas variadas formas de expressão teórica e prática. Cabe, nesse sentido, encarar o fenômeno em tela “essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (p. 51). Vemos, assim, que a angulação essencial se reflete no “momento ideal da ação prática dos homens”, da práxis histórica. Isso porque:

qualquer reação ou resposta – sejam elas produzidas pela ciência, pela filosofia, pela religião, pela tradição, etc. – construídas pelos indivíduos como forma de atuar sobre os problemas postos pelas situações histórico-sociais, pode tornar-se ideologia, quando fornece elementos e condições para conscientizar, orientar e operacionalizar a prática social (FORTES, 2013, pp. 262-3).

A acentuação sobre os efeitos das formas de consciência tornadas efetivas não surge como raio num céu sem nuvens. Essa posição de Lukács não parece ser idêntica aos lineamentos de Marx – o que caberia à uma análise dedicada –, mas é inadequado cortar qualquer lastro que de fato tem naquilo que ficou registrado como “critério ontoprático” (CHASIN, 2009, p. 106) que guarda sala, no materialismo consequente, à mediação entre as condições objetivas de possibilidade e as formas ideológicas, que converte uma na outra. Para o filósofo húngaro, e isso é decisivo, a vida cotidiana, isto é, a práxis objetiva sobre as condições materiais desempenha um “papel decisivo como mediação entre a condição econômica e a ideologia dessa decorrente” (LUKÁCS, 2013, p. 481).

Essa mesma posição encontra fundamentação especial (não exclusivamente) no “Prefácio” de *Para a crítica da economia política*. Lá, como se sabe, Marx registrou achados que passou a orientar em termos gerais as suas investigações. Entre eles, sumariamente apresentada, encontra-se a relação entre a “estrutura econômica”, a “superestrutura jurídica e política” e as “formas sociais determinadas de consciência”. Insistiu na distinção entre as “condições econômicas de produção” e as “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito [social] e o conduzem até o fim” (MARX, 1974, pp. 136-7). Esse é o sentido primário de ideação da práxis e com efeito sobre a realidade social, isto é, a conversão das condições objetivas nas formas ideológicas e destas naquelas por mediação da práxis. Obteve ele considerável replicação em materiais que reportaram extensivamente o *poder da ideologia*, pois neste está o “imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental (...) com o propósito de *resolvê-lo através da luta*”, de maneira que as “várias formas ideológicas de consciência social acarretam (...) diversas implicações práticas de longo alcance” (MÉSZÁROS, 2005, p. 11).

Lukács recorreu aos materiais juvenis de Marx para indicar a potência que guarda o plano das ideias em influenciar a realidade objetiva. Ocupou lugar importante a colocação extraída da dissertação de Marx, segundo a qual o louco tem a possibilidade de contrair dívidas e se arruinar caso acredite que carrega moedas em seu bolso vazio. Recorreu também às propriedades do trabalho humano e o papel da prévia ideação tal como aparece em *O capital*. Tudo isso é bem conhecido, embora ignorado pelos contumazes portadores endógenos e exógenos daquela vulgata. Aliás, são abundantes – ainda que teimosamente não admitidas – as exemplificações possíveis a partir dos materiais de Marx. Se bem que salpicados ao longo de seu itinerário, não termina vão o exercício de extração de exemplos da influência objetiva da religião, da tradição, da evocação das ideias pregressas etc., como testemunham diferentes materiais tais como *A ideologia alemã*, *18 Brumário*, *Grundrisse*, *O capital*, para citar alguns entre os mais notórios.

Em termos objetivos, seria incompreensível a desconsideração da parte que jogou e joga o pensamento econômico no processo histórico de desdobramento da economia capitalista, porquanto sabemos que, em termos gerais, impregnou-se da missão social socialmente informada de apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente e

transitório de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 85). Dado o predomínio daquela vulgata, de exclusão da potência do plano das ideias econômicas, tudo se passa como se nada disso estivesse registrado.

Diante desse predomínio, vem imediatamente à baila pelo menos uma consequência muito importante. Surgiria daí uma aparente contradição: os abundantes materiais econômicos de Marx, desde pelo menos 1844, não conteriam qualquer apreciação da influência das ideias econômicas sobre a realidade objetiva. É consequência que demanda atenção. No bojo de sua resolução, está a determinação do pensamento econômico como ideologia nos próprios materiais de Marx. Essa é a tarefa para qual devemos nos voltar. ainda que de modo aproximado para avaliar sua medida e retirar desdobramentos.

Mas, para tanto, é preciso reconhecer de partida que isolar o critério do efeito prático das formas de consciência para tratamento dedicado, esteve longe de ser algo para o quê Marx esteve integralmente dedicado. Poderíamos mesmo dizer que o pensamento econômico foi tomado principalmente para a demonstração dos condicionantes objetivos sobre as ideias e para estabelecer a retidão ou desvio de tais ideias econômicas em relação às propriedades e funcionamento da economia capitalista. No caso, nos interessa a primeira tendência, isto é, a de explicar as formações ideais a partir de sua base terrena. Essa sempre foi a tônica de Marx, aliás, como prova a nota reivindicatória em *O capital* de uma então inexistente “história crítica da tecnologia”, isto é, “a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, da base material de toda organização social particular”. Argumentou que a “tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem”. A investigação evocada não deve, por coerência, abstrair o “processo histórico” da análise. Marx recorreu ao exemplo da religião. Escreveu ele que:

mesmo toda história da religião que abstrai dessa base material é acrítica. De fato, é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestializadas. Este é o único método materialista e, portanto, científico (MARX, 2013, p. 446).

Certo caráter tópico e de natureza “desmaterializada” iguala categorias como decorrentes “concepções espirituais” e “correspondentes formas celestializadas” as

quais não expressam, obviamente, apenas o exemplo da religião. Refletem o plano das ideias, das formas de consciência, entre as quais figuram a filosofia, a ciência e, pois, o pensamento econômico. O método materialista está voltado para a relação entre as condições objetivas e tais formas de consciência, explicando as segundas por médio de procedimento histórico-genético a partir das primeiras. Nisso se encontra a cientificidade do método materialista e sua contribuição diante das tendências puramente idealistas ou vulgares do materialismo a-histórico.

Mas, de fato, não encontramos nenhuma obra de Marx orientada exclusivamente para aquela tarefa de isolar o critério prático, nem partes claramente delimitadas a isso. Mesmo no material conhecido como *Teorias da mais-valia*, no qual enfrenta mais diretamente o pensamento econômico em suas variantes na figura da “economia política clássica” e da “economia vulgar”, não podemos encontrar algum desenvolvimento integralmente dedicado à problemática em tela. E isso ocorre, não obstante, diante de lineamentos lapidares a respeito das reciprocidades existentes entre as condições objetivas e o plano das ideias. Vemos essa questão na tomada crítica de Storch na qual Marx destacou que “se não se concebe a própria produção material na forma histórica específica, é impossível entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas” (MARX, 1980, p. 267). É decisivo sublinhar o elemento interativo, de relação de correspondência e de reciprocidade entre os fatores relacionados. Explica-se o plano das ideias dada a correspondência às condições objetivas habilitadoras, que torna possível o conteúdo dessas ideias. Mas isso não elimina o movimento existente entre tais ideias e suas condições de possibilidade. Ao contrário, disso resulta a solar compreensão do lado ativo dessa “produção intelectual”, seus efeitos sobre a vida econômica da sociedade. Aqui jaz, pois, a vulgata.

Com efeito, o método materialista, decorrente das investigações próprias das formações ideais, expressa de modo complexo a estrutura própria dos materiais de Marx. Seria sem propósito razoável considerar toda essa estrutura aqui, aliás, muito rica em seus fundamentos à investigação das formas sociais de consciência, mas vale a indicação em esboço sumário: a) admissão da predicação ativa do pensamento, b) determinação da natureza das formações ideais, c) a gênese e, pois, a explicação histórica a partir das suas condições objetivas de possibilidade, d) verificação da objetividade dessas formações, e) a conversão delas em ideologia e seu correspondente deságue na realidade social pela práxis, f) as eventuais alterações

profundas e duradouras provocadas por elas, por mediação da práxis, sobre a estrutura econômica da sociedade. É o reconhecimento, como vemos, das reciprocidades entre estrutura econômica, superestrutura ideológica e as formas de consciência mediadas pela práxis das classes sociais e grupos humanos. É, ao cabo, a extração do movimento próprio da realidade histórica.

Podemos mesmo dizer, e sem receios, que a cientificidade desse método está na descoberta e na demonstração desse movimento, na descoberta da dialética entre a genética histórico-concreta das formações ideais e sua eventual efetividade ao desaguar nas próprias condições objetivas pressupostas, eventualmente modificando essa base por meio da atuação das classes e grupos humanos em meio aos conflitos socialmente informados. Vemos, pois, que a mediação desse movimento está contida no próprio critério prático antes referido, isto é, o conflito, decorrente das contradições da estrutura econômica, cria as condições de acionamento das formações ideais vertendo-as em ideologia com o fito de influir nas próprias lutas sociais (teóricas e práticas), dirigindo então os conflitos sociais e influenciando nos rumos da vida econômica da sociedade.

Nosso interesse, portanto, está no isolamento analítico do critério prático com vistas a determinar a potência das ideias econômicas e sua transformação em ideologia. Há evidências muito instrutivas nos materiais de Marx desse critério prático, dos efeitos das ideias econômicas. Para tanto, convém estabelecer a natureza do pensamento econômico e a colocação do problema da ideologia na tradição marxista mais dedicada a essa forma de consciência em particular.

II.

Dissemos anteriormente que o pensamento econômico pode ser topicamente considerado entre aquelas formas de consciência social como a filosofia e a ciência. É necessário estabelecer algumas considerações a esse respeito, incluindo certa comparação com a política que auxilia na determinação das diferenças específicas envolvidas. Por isso, importa destacar sinteticamente a distinção entre filosofia e política, de um lado, e, de outro, a relação geral entre filosofia e ciência, com o fito de melhor posicionar o pensamento econômico.

Sem rodeios, devemos admitir que a “ideologia política visa apreender de modo real, prático, os momentos de cada complexo de crises, cuja decisão pode levar mais ou menos espontaneamente ao deslindamento prático do complexo global”. Por seu

turno, “toda filosofia significativa”, como exemplar das “ideologias puras” (mais “desmaterializadas”), está “empenhada em oferecer um quadro geral do estado do mundo, que da cosmologia até a ética, procura sintetizar todas as conexões de tal maneira que, a partir delas, também as decisões atuais se revelam como momentos necessários das decisões que determinam o destino do gênero humano” (LUKÁCS, 2013, p. 555). Obviamente que existem reciprocidades entre elas enquanto fatores extraeconômicos, mas o propósito no momento é destacar a natureza essencial das coisas para as quais estão voltadas. Isso será auxiliar para a caracterização do pensamento econômico.

Nessa precisa direção, devemos complicar o quadro com a relação entre filosofia e ciência. Podemos partir da comparação muito resumida entre ciências naturais e ciências sociais. Entre elas se encontra um campo comum, ou seja, a tendência “por conhecer a realidade objetiva, como ela é em si” (LUKÁCS, 2013, p. 567). Essa é, em essência, a tarefa científica. Ainda que não haja segurança derradeira para o sucesso dessa tarefa, encontramos continuamente nas ciências da natureza um “modo socialmente espontâneo, visto que seus resultados só podem desempenhar um papel ativo e positivo em caso de execução aproximadamente bem-sucedida de tal intenção na reprodução material do ser social” (p. 567). Isso obviamente não quebra, embora abrande, os vínculos das ciências da natureza com “posicionamentos quanto ao respectivo estado das forças produtivas, quanto ao respectivo estado da sociedade” (p. 568).

Encontramos algo igualmente válido para as ciências sociais, porém, com particularidade importante. Em termos historicamente constitutivos, genéticos, as ciências sociais visam “provocar modificações na consciência dos homens” (p. 563), quer dizer, influir de modos variados na apresentação de alternativas, no condicionamento das escolhas e dos comportamentos diante das questões que emergem da ação em meio às condições materiais da vida cotidiana. Na medida em que o homem é “por natureza um ser que responde” (p. 303) às questões objetivamente postas, as ciências sociais são uma espécie de resposta voltada para afetar o conjunto das possibilidades das condutas humanas. Ao mesmo tempo, o “papel desempenhado por toda ciência social na divisão social do trabalho simultaneamente também propõe a tarefa de retratar, ordenar, expor etc. os fatos e as conexões por ela tratados assim como eles de fato atuaram e atuam na totalidade do ser social” (p. 563), em suma, realizar a tarefa científica. Desnecessário dizer que as

duas tarefas simultâneas e relacionadas das ciências sociais apresentam ocorrência em meio às diferentes posições sociais, classes sociais, em contextos de continuidades e mudanças societárias etc. Isso informa as ciências sociais como exercício do impulso científico e simultaneamente de resposta aos conflitos sociais postos.

Essas diferenciações resultantes da análise, por mais importantes que sejam, não eliminam as complexas reciprocidades tendenciais como no exemplo da relação entre ciência e filosofia. Na verdade, as diferenciações aqui pressupõem a unidade existente entre tais fatores relacionados em que a ciência “geralmente controla “a partir de baixo” se as generalizações ontológicas nas sínteses filosóficas se encontram em consonância com o movimento real do ser social, se elas não se distanciam do ser social de modo abstrativo”. Trata-se de controle a partir do plano imediato, singular e regulador da filosofia. Por seu lado, a filosofia, ensinou Lukács:

exerce uma crítica ontológica permanente das ciências “a partir de cima”, ao controlar continuamente em que medida cada questão singular é tratada, tanto no plano estrutural como no plano dinâmico, ontologicamente no lugar correto, no contexto correto, se em que medida a submersão na riqueza das experiências concretas singulares não confunde, mas aumenta e aprofunda o conhecimento das tendências contraditórias e desiguais de desenvolvimento da totalidade do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 570).

Dito de modo direto, no caso o controle funciona para que não se perca na vastidão das singularidades que preenchem a miríade empírica.

O pensamento econômico, tomado de modo abrangente, coloca-se no quadro desses fatores extraeconômicos relacionados no qual política, filosofia e as ciências natural e social diferenciam-se, mas também alimentam implicações importantes. É terreno repisado reconhecer, por exemplo, a influências das ciências naturais sobre importantes tendências do pensamento econômico (sobretudo entre os séculos XIX e XX, notadamente a física e a biologia). De outro lado, essa forma de consciência social não é reconhecível sem os aportes que toma no amplo campo da filosofia. Igualmente importante são as conexões entre política e esse pensamento econômico. Na medida em que aquela busca capturar os “momentos de cada complexo de crises” (p. 555) e acionar contingentemente os elos que “influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise” (p. 507), testemunhamos o pensamento econômico continuamente voltado a explicar o funcionamento da economia capitalista e a contribuir para a caixa de ferramentas frente às mesmas crises para as quais a política procura respostas. Quer dizer, o pensamento econômico também procura influir em termos práticos nos mesmos complexos. Talvez por isso, desde sua

constituição, a expressão “economia política” capture melhor as coisas do que a artificialmente árida *Economics* dos nossos tempos.

Esse último problema não é acessório. O reto entendimento da natureza do pensamento econômico é condição para sua compreensão como ideologia. E isso porque esse reto entendimento é permanentemente abalado pelas convicções que funcionam como espécie de expurgo artificioso das contradições existentes e que informam aquela forma de consciência. É o caso da genérica posição quanto à “economia das trocas” que vemos como algo constante desde o movimento crescente do marginalismo do século XIX. É emblemático o posicionamento de Robbins (1932/1984), para quem aquele pensamento deveria estar voltado para os comportamentos derivados das avaliações subjetivas frente à escassez da economia das trocas no mercado. A questão é bem mais complicada do que isso.

Aqui é decisivo o procedimento genético empregado nas investigações do autor de Trier. A gênese da economia política ocorreu quando ela se “separa como ciência autônoma” (MARX, 1974, p. 160) em relação à então “filosofia política”. Encontrou palco clássico na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguilebert” (p. 160). Indo direto ao ponto, essa gênese tem por pressuposto básico a generalização da produção de mercadorias que caracteriza o modo capitalista de produção. Não é acaso que a determinação do valor ocupou lugar especial. O fato de a mercadoria se tornar a principal e generalizada forma da riqueza informou aquele pensamento econômico nascente como espelhamento científico aproximado frente a um modo histórico de produção. Não por menos, as categorias da economia política se apresentam como representações das condições concretas, mas que, por obra das mesmas condições históricas, derivam da maneira como as coisas se apresentam, isto é, das formas acabadas da própria economia capitalista. Essas formas acabadas, prontas, “possuem a solidez de formas naturais da vida social”, sobretudo a “forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (MARX, 2013, p. 150). Dito de outro modo, “são justamente essas formas [acabadas] que constituem as categorias da economia burguesa”, que ela se liga às “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (p. 151). Em suma, são espelhamentos aproximados desse modo de produção, de impulso científico, mas

também limitados em seu alcance por condicionantes tanto na gênese quanto nos desdobramentos consequentes – assunto para outro momento, entretanto.

Nesse ponto surge o interesse das fortes vinculações do pensamento econômico e aqueles fatores político, filosófico e científico do complexo extraeconômico antes aludido. Há vários aspectos que permitem identificar no pensamento econômico a aspiração de explicar as tendências globais e o destino do gênero humano ao passo que procura regularidades singulares por seu ímpeto de cientificidade. Ao mesmo tempo, também está voltado para respostas práticas às crises, procurando influir no seu direcionamento. Como dissemos anteriormente, a expressão “economia política” reflete muito bem essa caracterização. E é importante reconhecer uma linha de desenvolvimento dessa forma de consciência científica desde sua gênese, sobretudo porque é parte da questão a tarefa geral do pensamento econômico, e em vínculo com as ciências sociais, “provocar modificações na consciência dos homens” (LUKÁCS, 2013, p. 563), como já dissemos. Dito isso, é muito difícil ignorar o “papel crescente dessa ciência [economia política] como instrumento de controle social” (LANGE, 1964, p. 527) desde o século XIX pelo menos, isto é, como veículo teórico e prático de influir na dinâmica da economia capitalista – algo que possui passagem, em graus variados e circunstâncias diversas, pelo convencimento de extensas cadeias de classes sociais e grupos humanos. Dobb escreveu que exemplares desse pensamento, “ao serem examinados, acabam por exprimir de maneira surpreendentemente direta a realidade econômica” e, cabe a ênfase, que esse mesmo exame revela que “exerceram influência considerável na política real (quando não a alteraram)” (DOBB, 1977, p. 27). Essa linha de desenvolvimento sugere que a economia política ou pensamento econômico tem de fato importância como respostas a “certas questões de tipo essencialmente prático – questões relativas à natureza e ao comportamento do sistema econômico que conhecemos como capitalismo”. Dobb completou em seguida ao sugerir “que esse tipo de questão é crucial tanto para qualquer compreensão completa do desenvolvimento do pensamento econômico quanto para a relação entre pensamento econômico e a prática” (DOBB, 1937, p. vii).

Esse objeto ideal para o qual estamos aqui voltados, portanto, é, em sentido tópico, mais bem apreendido como um feixe que se estende entre a política, a filosofia e a ciência como fatores extraeconômicos – pelo menos entre esses mais importantes que aqui consideramos. Sua face mais aparente, entretanto, é como forma de

consciência científica. E sua nem sempre evidente gênese histórica está ligada à generalização da produção de mercadorias e ao desenvolvimento desse modo de produção, alcançando o próprio plano das respostas a respeito dos métodos mais adequados à administração da economia capitalista. Isso se revela muito claramente na conexão aludida entre pensamento econômico e a prática, caso seja considerado que o maior alcance do primeiro pressupõe a mediação política para sua efetivação prático-concreta, depende, pois, de o príncipe dar-lhe ouvidos aos seus sussurros.

Evidencia-se, com isso, a coisa ao fundo para a qual se volta, em termos gerais, o pensamento econômico em tela a despeito de suas ramificações especializadas, qual seja, as relações sociais de produção e distribuição da riqueza social sob uma dada modalidade histórica e particular de organização das necessidades sociais (reais ou ilusórias) e das capacidades sociais (subjetivas e objetivas, incluindo os meios de produção) sob a lógica da generalização das mercadorias. Essa modalidade traz em seu seio o assédio concretamente posto pela questão a ser dirimida em torno da qual se arqueiam os conflitos essenciais: como produzir e distribuir a riqueza socialmente formada. É uma marcação do pensamento econômico responder de diferentes maneiras, direta ou indiretamente, tanto ao deciframento das condições e modos pelos quais a riqueza social é produzida e apropriada quanto ao conflito que emerge do problema fundamental, até aqui sempre repostos, de estabelecer as condições e modos de organização da vida econômica da sociedade nos limites da produção generalizada das mercadorias.

A especificação da natureza do pensamento econômico, aqui colocada de modo meramente aproximado, é condição para o entendimento de sua conversão em ideologia. Mas essa conversão nem sempre compareceu com clareza para os mais argutos analistas na tradição marxista e que se debruçaram mais dedicadamente a essa forma de consciência científica. A trilha correta parece não ter sido tomada. Reputados estudiosos exógenos a essa tradição também seguiram caminho adverso e sucumbiram à forma mais corrente de entendimento da questão envolvida na relação entre pensamento econômico e ideologia.

Não é propósito aqui tratar o assunto extensamente, mas é importante demarcar alguns dos esforços mais respeitados fora e dentro da tradição marxista que nos interessa mais de perto como demonstração do problema. E isso porque é notório que a ideologia é um problema sempre candente e generalizado nas ciências sociais e especialmente na economia (BACKHOUSE, 2010, MEEK, 1967). A luta principal parece

ser a de evitar suas implicações na construção de uma ciência “livre de ideologia”. Tornou-se um empreendimento central de afastamento de emoções, valores intelectuais, preconceitos, política, interesses de classe e do tipo de referência mais remota que pudesse dar a aparência ideológica. Então, a ideologia foi historicamente tomada como um fator interveniente em sentido negativo, algo exógeno que age sobre o esforço intelectual.

No campo da economia, essa posição é dominante. Mesmo analistas aparentemente mais distantes de tal posição estéril e crua, mantêm tais características fundamentais atribuídas à ideologia. Podemos citar, por exemplo, Schumpeter (1954/2006) para quem tanto a “economia política” quanto o “pensamento econômico” não podem ser inteiramente salvos da influência exógena e interferente da ideologia. Apenas a “análise econômica” (equipada com uma “caixa de ferramentas” pura e formal) poderia ser comprovada como tendo um grau relativo de insulamento. Ao mesmo tempo, a ideologia parece ser para ele uma interferência que não pode ser completamente extraída porque também é uma espécie de expressão de nossos pressupostos fundamentais ou “visão” geral das coisas do mundo.

Robinson (1962/2021) sustentou uma atitude semelhante. Para ela, a ideologia se mistura com o esforço de investigação científica e tende a ser identificada com a “metafísica”. Parece não ser possível decantar tal mistura. Mais do que isso, a ideologia é, em suas palavras, “certamente indispensável no mundo da ação na vida social” (p. 4). Na medida em que a “principal característica da ideologia que domina nossa sociedade hoje é sua extrema confusão”, a tarefa central no horizonte então seria a de “resolver da melhor maneira possível essa mistura de ideologia e ciência” (p. 23) como coisas, pois, diferentes então misturadas. Essa é uma expedição sem fim contra um tipo de mal necessário, segundo a autora.

Vemos que, em essência, para esses analistas, enquanto a ideologia parece ser exógena, um fator diversionista que não pode ser totalmente banido, ela pode ou deve ser diluída em alguns campos da economia ou pelo menos controlada em todos os seus ramos.

Os estudiosos marxistas parecem ser algo diferente, mas não totalmente antagônicos aos referidos intelectuais. Dobb (1977), por exemplo, não admitiu a ideologia tomada apenas como “elemento enganador em pensamento” (p. 9). Mais explícito do que seus colegas citados acima, ele parece exigir uma “relatividade histórica” na qual a ideologia se refere a:

um *sistema* completo de pensamento, ou a um conjunto coordenado de convicções e ideias que formam uma estrutura, ou grupo, a nível superior, de conceitos relacionados, para chegar a noções, análises, aplicações e conclusões mais específicas e particulares. Deste modo, a palavra relacionar-se-á geralmente com certas atividades e políticas, mas não necessariamente em termos simples e imediatos; e para aqueles que conduzem a discussão ao nível mais elevado (ou mais genérico), a relação pode não ser sempre inteiramente consciente, e ainda menos explícita. Na acepção mais geral, uma ideologia constitui ou implica uma posição filosófica, no nosso contexto atual uma filosofia social, desde que a isto se não dê um significado excessivamente formal ou metodológico. (DOBB, 1977, p. 10)

Nessa consideração já vemos certo distanciamento entre pensamento econômico e ideologia como “filosofia social” que age junto ao primeiro. Isso parece se aprofundar quando o autor inglês considerou que na “história real do pensamento econômico há provas abundantes do condicionamento histórico da teoria econômica” (DOBB, 1977, p. 27). Dobb estava primariamente interessado em elucidar a maneira e os modos desse condicionamento social e histórico do pensamento abstrato no campo da economia. No tratamento de tal condicionamento do pensamento econômico, no entanto, Dobb inadvertidamente admitiu “a introdução de uma influência de ordem ideológica. Quando ela existe, quase nunca é fácil de notá-la, e menos fácil ainda combatê-la e anulá-la” (p. 32). Assim, ao contrário de seu ponto de partida, Dobb reintroduziu o caráter exógeno e interferente. A ideologia aparece novamente como um “elemento enganador em pensamento”, embora essa posição tenha sido criticada no início de sua análise.

O caráter não autônomo do pensamento econômico é um aspecto fundamental do estudo marxista das teorias nessa área. Rubin o enfatizou tanto quanto Dobb, ensinando que “as ideias econômicas não nascem no vácuo. Muitas vezes, eles surgem diretamente da agitação e da luta dos conflitos sociais, no campo de batalha entre diferentes classes sociais” (RUBIN, 1979, p. 9). O autor também sublinhou que, de “um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser vistas como se estivessem entre as formas mais importantes e influentes de ideologia” (p. 9), mas, como Dobb, o autor russo não desenvolveu tal proposição importante, com as demonstrações que ela exige. Rubin procurou não se limitar ao estudo das “raízes sociais e econômicas”, examinando essas ideias como um sistema, isto é, “como uma totalidade orgânica de conceitos e proposições logicamente interconectados” (p. 10). Sugeriu, por exemplo, que a “primeira coisa que devemos descobrir é a estreita conexão entre a teoria econômica dos fisiocratas e sua visão geral de mundo,

especialmente sua filosofia social”, porque a última pode afetar esse sistema, trazendo “contrações lógicas” (p. 10) para dentro dele. Novamente, a ideologia (na forma de “filosofia social”) parece ser um elemento diferente do pensamento econômico como tal e sobre ele negativamente interferente.

Sopesadas as decisivas e ramificadas diferenças entre os analistas aqui brevemente considerados, há um terreno comum entre eles. Vemos isso nas dificuldades relacionadas em tratar o pensamento econômico em si mesmo como uma forma científica de consciência, por um lado, e *potencialmente* como uma ideologia, por outro. Dobb e Rubin estavam mais perto de entender essa determinação histórico-objetiva, mas parecem ter trazido de volta pela janela aquilo que dispensaram pela porta. Em muitos aspectos, essas dificuldades prestam homenagem à noção de ideologia como algo inerentemente falso. Cria forçosamente espaço para a compreensão da ideologia como um fator externo, um engodo que leva ao malogro. O problema retorna, assim, ao antigo campo da teoria do conhecimento e seus flertes historicamente conhecidos com a crueza do formalismo e, de outro lado, com formas do relativismo. Esse campo, como já dito, não oferece o terreno apropriado para resolver a questão. A solução da questão está no critério prático antes referido, que permite determinar o pensamento econômico como forma de consciência científica com dupla tarefa (explicar e influenciar) que pode tornar-se ideologia em certas circunstâncias históricas. É esse critério prático que cabe avaliar nalguns materiais do próprio Marx na análise de exemplares do pensamento econômico.

III.

Já dissemos que os elementos do nosso assunto não receberam a atenção exclusiva por parte de Marx, mas também não estiveram fora de qualquer consideração. Pelo contrário. Há momentos de clareza solar sobre o tema.

Nesse sentido, é consideravelmente repetido que, desde muito cedo, Marx admitia a possibilidade de conversão da “teoria” em “força material” (MARX, 2005, p. 151). Há também a sua sugestão a respeito da economia política de Adam Smith que, como “produto da indústria moderna”, também atuou como força real que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria” (MARX, 1974, p. 9). Igualmente conhecidas são as considerações a respeito das “ideias dominantes” e sua apresentação como interesse universal, tal como registraram as páginas de *A ideologia alemã*. Também são notórias as linhas de *O 18 Brumário* a respeito de como a

superestrutura flui inclusive sobre o indivíduo isolado por meio da tradição e da educação. São elementos conhecidos que especificam o lado ativo das ideias, exceto pela vulgata que combatemos.

Tal como apareceu em o *18 Brumário*, é preciso dizer que os fatores extraeconômicos representados, por exemplo, na figura da tradição, da educação, colocam em primeiro plano a potência das formas de consciência no contexto de luta social. Também n' *O capital*, tais fatores compareceram na indicação dessa potência no próprio processo histórico de forja da classe trabalhadora adequada à economia capitalista em desenvolvimento. Claramente é um processo que vai além do contexto inglês como caso clássico estudado com maior atenção por Marx e reforça a potência do aspecto extraeconômico que estamos destacando. No desdobrar do modo de produção capitalista, explicou Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. (MARX, 2013, p. 808)

Não é algo menor. As formas de consciência fluem e alcançam classes inteiras, habituando-as, frise-se, tanto às exigências de um modo histórico de produção e circulação de mercadorias quanto aos requisitos de suas consequências cotidianas. Tais formas de pensamento produziram efeitos constatáveis na mistificação de um produto em si histórico, encarado, contrariamente, como “natural”. O critério prático está colocado em evidência precisamente na eficácia historicamente realizada em provocar o reconhecimento das exigências da economia capitalista evidentes em si mesmas. Estão envolvidos nisso grande profundidade e longo alcance de seus efeitos notadamente duradouros no desdobramento desse modo de produção. É tentador perguntar pela parte que jogou o pensamento econômico nesse mesmo processo histórico.

Isso remete diretamente à tarefa histórica ou missão social de determinadas formações ideias. Marx escreveu em *O capital* que a economia política clássica, representada por Adam Smith e por David Ricardo, buscou apresentar o modo de produção capitalista como superior ao feudalismo. Abriu-se naquele contexto condições favoráveis ao exercício de cientificidade por meio da verificação da correção de seus teoremas. Desnecessário dizer que esse impulso de objetividade científica

coincidiu com o caráter dessa formação enquanto prolongamento ideal a partir da posição social da então ascendente burguesia industrial. Configurou-se assim a missão social de apresentar a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente e transitório de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 85).

É muito difícil afirmar que essa missão social ou tarefa histórica tenha esmorecido no pensamento econômico dali em diante, sobretudo frente do decréscimo de potência científica ao longo do século XIX. A missão histórica e revolucionária no enfrentamento das reminiscências do feudalismo foi substituída pela pura defesa do capitalismo. O crescimento do conflito classista entre capital e trabalho produziu, assim, uma modificação importante no pensamento econômico. Marx (2013, p. 86) sugeriu que o “lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial”. O pensamento econômico, ainda que cindido, não deixou de perseguir a tarefa histórica de convencer amplas cadeias de classes sociais de que a economia capitalista seria a última forma da produção social. Os meios desse convencimento variaram. Marx sublinhou alguns deles. Importa considerar apenas os mais focalizados: a “economia vulgar” e o “sincretismo”.

Em termos muito gerais, a “economia vulgar” (tendo Bastiat como um de seus protagonistas) apresentou-se como pura apologia do capital, cujo esforço foi o de expurgar, concreta e teoricamente, as contradições por todos os malabarismos conhecidos e que não erguessem empecilhos à posição dos agentes práticos como personificações imediatas de interesses econômicos dominantes. Apresentando a economia capitalista como algo natural a ser defendido das críticas circulantes, trabalhou para bloquear a emergência das contradições materiais ao plano teórico, banindo-as “à força de charlas”, procurando “exorcizar as ideias que encerram as contradições” (MARX, 1980, p. 1.539). É praticamente impossível contrariar o fato de que, de muitas formas, essa posição foi e ainda é bastante efetiva no evitamento a que historicamente se dispôs. Nisso se vê o critério dos efeitos pretendidos e realizados. Continua hodierna a tarefa de impedir a conclusão de que os problemas epidermicamente identificados derivam das propriedades essenciais da economia capitalista.

Algo semelhante pode ser afirmado sobre o “sincretismo”, tendo S. Mill como exemplar clássico. Marx explicou que:

A revolução continental de 1845-1849 repercutiu também na Inglaterra. Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. (MARX, 2013, p. 86)

Uma vez que as contradições emergem incessantemente das mais básicas propriedades de uma produção generalizada de mercadorias, o tipo de resposta da posição social de J. S. Mill (incluindo suas aspirações pessoais) teve a missão de remediar as forças em conflito. Tratava-se de resposta peculiar aos conflitos decorrentes da própria essência da economia capitalista, mas de conflitos que aparentemente poderiam ser ao menos remediados. Teve lugar especial nesse esquema as “funções governamentais necessárias e optativas” (MILL, 1848/1996, p. 369). O sincretismo foi muito além de Mill no século XX, incorporando diferenciados aspectos sem, contudo, modificar certo núcleo. Em parte, são admitidas as contradições da economia capitalista e seus efeitos mais óbvios ao mesmo tempo em que são focalizadas as medidas necessárias para harmonizar as forças postas em conflito. Surge um tipo de *intervencionismo calculado* que fará época, consagrando-se como administração macroeconômica no século seguinte. A tarefa histórica desse sincretismo que remonta a Mill é, como escreveu Marx (2013, p. 87), a “tentativa de conciliar o inconciliável”. Assim, as ameaçadoras contradições da economia capitalista são confrontadas a métodos diferentes e de eficácia e temporalidade variadas, com o fito de administrar essa economia, de conduzir os rumos da vida econômica da sociedade. Se bem-sucedidos ou não, jamais revelarão, pelo menos em suas pretensões, “na atual organização da sociedade [...] a razão das mazelas sociais” (MARX, 2010, p. 40), como disse o autor de Trier em outro lugar. De efeitos em geral notórios, essa posição procura convencer classes sociais e agrupamentos humanos de que as contradições dessa economia podem ser acomodadas, bastando, para isso, aperfeiçoar os métodos falhos de sua administração. Quão efetiva não é essa formação ideal em sua qualidade como ideologia também nos dias que correm? E é precisamente nisso que se avalia pelo critério prático o pensamento econômico como ideologia, por sua potência historicamente efetivada.

Em variados momentos relativamente negligenciados pelos analistas, Marx também tematizou o lado ativo do pensamento econômico, como já sabemos, e que se mostra no impulso de direcionar as condutas humanas. Na cena pública, por

exemplo, em que se discutia a reação dos trabalhadores frente às circunstâncias salariais desfavoráveis, personalidades ligadas às classes econômicas dominantes defendiam haver consequências indesejáveis da “sindicalização”, sobretudo no caso inglês de meados do século XIX. Nesse contexto, Marx sublinhou que tais personalidades argumentavam, em jornais e pronunciamentos públicos, que a coligação operária criaria óbices à “marcha natural da indústria”, obrigando os trabalhadores a aceitarem salários ainda mais baixos. A reivindicação de salários mais altos seria, como insistiam esses intelectuais, um “esforço tão ridículo quanto perigoso”, de “revolta contra as leis eternas da economia política” (MARX, 1985a, p. 157). Com isso, pretendiam atuar sobre o conflito então existente, dissuadindo a coligação pelo aumento dos salários. Sabemos pouco, é verdade, a respeito da realização dos efeitos pretendidos. De todo modo é um aspecto que reforça o critério prático na consideração do pensamento econômico como ideologia.

A temática da renda reflete com muita clareza o conflito social acerca da produção e apropriação da riqueza. *Salário, preço e lucro*, de 1865, expressa muito bem isso. É material auxiliar na explicitação da aspiração das ideias econômicas diante da tarefa de conduzir as ações de classes sociais. Discutia-se, naquele ano, se os trabalhadores organizados deveriam ou não pleitear aumentos salariais em sua atuação política. Uma das teses defendia que o aumento dos salários provocaria subida dos preços dos produtos de primeira necessidade. Era uma tese frequentada por personalidades ligadas às classes dominantes. Isso não impediu que ecoasse no interior do movimento dos trabalhadores. O socialista Weston foi expressão disso, especificamente nos debates da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Nesses tais debates, Marx colocou do púlpito que a tese difundida por Weston, do condicionamento dos preços dos produtos pelo nível dos salários, já contava com embates anteriores. Ricardo, disse Marx (1982), merece o “grande mérito de haver destruído até os fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da economia política*, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto de que “os salários determinam os preços””. Explicou que se tratava de uma “falácia já rechaçada por Adam Smith e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais superficiais e de vulgarização” (p. 152). O caso concreto era que um aumento dos salários tinha impacto nas taxas de lucro e não nos níveis dos preços dos produtos de primeira necessidade – eis a verdadeira expressão do conflito essencial ao fundo.

Verdadeira ou falsa, a força daquela ideia econômica em direcionar a ação dos trabalhadores organizados, fica anunciada pelo alcance que obteve no seio da Primeira Internacional. Ainda que tenha alcançado efetividade muito relativa, como tudo indica, seu alcance não pode ser ignorado como evidência de sua tarefa em direcionar os conflitos por meio da condução das condutas humanas. Estamos, em essência, diante do critério prático que determina tais ideias como ideologia.

Talvez em nenhum outro lugar dos materiais de Marx compareceu de maneira tão elucidativa o critério prático quanto naquele sobre o livre-comércio. Tratou-se de um tema no qual podemos identificar o critério aludido, mas de uma maneira peculiar pela qual ficam evidentes tanto os efeitos quanto o *processo* pelo qual um exemplar do pensamento econômico tornou-se ideologia. Nesse processo compareceram os agentes atuantes e suas alianças, além do papel da mediação política. Com efeito, Marx fez discurso a respeito das ideias livre-cambistas em 1848, na Associação Democrática de Bruxelas. Um argumento bastante difundido à época sugeria que as tarifas incidentes sobre a importação de cereais forçavam os salários para baixo. Marx colecionou as teses conflitantes. Registrou que a *National Anti-corn-law League*, de 1838, financiou a publicação e publicização de textos que “mostrassem a influência salutar da abolição das leis sobre os cereais na agricultura inglesa” (MARX, 1985b, p. 185). Foram concedidos prêmios a Arthur Morse, George Hope e W. R. Greg, cujos textos foram publicados em um único livro em 1842, com o título *The Three Prize Essays on Agriculture and the Corn law* (ANTI-CORN-LAW LEAGUE, 1842). Os textos receberam distribuição “nas zonas rurais em milhares de exemplares”, como assegurou Marx. As teses favoráveis ao livre-comércio alcançaram grande presença pública, contagiando o parlamento inglês, não sem a atuação de políticos como Bright e Bowring. Este último, “conferiu a todos estes argumentos uma consagração religiosa, exclamando numa reunião pública: ‘Jesus Cristo é o *free-trade*, o *free-trade* é Jesus Cristo’” (MARX, 1985b, p. 187).

São muito bem conhecidos os efeitos desdobrados por meio da influência das ideias livre-cambistas no desenvolvimento do modo de produção capitalista. E o caso concreto anterior demonstra o papel dos agentes, tanto teóricos quanto práticos, na conversão da específica formação ideal em uma ideologia de amplas repercussões. Demonstra igualmente a dependência que as ideias econômicas apresentam em relação à mediação política para que sua efetividade tenha certo alcance mais global da vida econômica da sociedade.

*
* *

As considerações apresentadas não poderiam de modo algum exaurir o problema. Mesmo porque há um conjunto de questões associadas (PAÇO CUNHA, 2023). Nesse sentido, o objetivo não poderia ser outro senão o de sublinhar o critério prático na conversão do pensamento econômico em ideologia, dadas as tarefas históricas a que as expressões dessa forma de consciência científica vieram aspirar e eventualmente cumprir. Dito de modo direto, trata-se de extração de elemento essencial da estrutura própria dos materiais de Marx. Em seus próprios termos, reconhece as relações recíprocas entre estrutura econômica, superestrutura ideológica e as formas de consciência cuja mediação pela práxis verte uma na outra com resultados variados no movimento histórico-concreto. Nesse movimento comparece o lado ativo das ideias entre as quais localizam-se o pensamento econômico como forma de consciência científica que se transforma propriamente em ideologia em circunstâncias favoráveis a isso.

Ao focalizar assim o problema da ideologia, de partida ao largo do campo da teoria do conhecimento, ilumina-se um aspecto pouco desenvolvido e que diz respeito ao processo objetivo por meio do qual ocorreu a conversão de certas ideias econômicas em ideologia. Foi algo entrevisto nas considerações anteriores sobre o livre-comércio principalmente. Temos clareza que o critério prático enquadra todos os exemplos anteriormente resumidos, mas a ênfase, como vimos, mais recaiu sobre o reconhecimento de seus efeitos potenciais, mesmo muito difíceis de serem ignorados no desdobramento histórico das missões sociais envolvidas, do que sobre o *processo efetivo* de sua realização (os agentes, as articulações etc.) tal como exige o rigor da demonstração. Mais uma vez, é preciso dizer que esse não era, de todo modo, o intento de Marx, ocupado sobretudo em desbravar a lógica essencial do movimento da economia capitalista. Não deixa de ser algo importante, apesar disso.

É preciso admitir também que a tradição marxista comentada igualmente não dedicou atenção sobre esse aspecto do processo em particular. Rubin, Dobb e Lange, por exemplo, não deixaram de registrar a potência do pensamento econômico em influenciar a vida econômica da sociedade. Mas a despeito da vantagem do tempo histórico, que facultou a acumulação de muitos exemplares adicionais que obtiveram claros efeitos, os processos específicos desse movimento de conversão e eficácia parecem pouco explorados. Valemo-nos aqui de um outro exemplo importante, ainda

que paralelo, mas nesse exato sentido e com o propósito de reforçar a constatação. O processo histórico específico, em suas *minudências*, no qual desempenharam algum papel as “universidades, as conferências, os jornais e outros meios de difusão” (LUKÁCS, 2020, p. 77), papel este no movimento da filosofia reacionária na Alemanha imperialista e que auxiliou na preparação do terreno à elevação da atuação nazifascista, é algo a ser necessariamente aprofundado. Isso vale para as ideias econômicas referidas anteriormente e outras tantas que se aglutinam como pensamento econômico. Nossa conclusão principal, aportada com as iluminuras dos materiais aqui tratados, é que muito trabalho ainda há de ser feito nessa ceara com o fito de avançar sobre a trilha escarpada. E isso porque as *minudências* não são menores quando não se tem estrada real ao cume luminoso.

Referências bibliográficas

- ANTI-CORN-LAW LEAGUE. **The three prize essays on agriculture and the corn law**. J. Gadsby, 1842. Disponível em:
<<https://archive.org/embed/threeprizeessays333hope>>.
- BACKHOUSE, R. E. **The puzzle of modern economics**. Science or ideology? Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DOBB, M. **Political economy and capitalism**. George Routledge & Sons, 1937.
- DOBB, M. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith**. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.
- FORTES, R. V. **As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento**. Saardbrüeken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- LANGE, O. Note on ideology and tendencies in economic research. **International Social Science**, Unesco, v. XVI, n. 4, 1964.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARX, K. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”. In: **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.
- Marx, K. Discurso sobre o problema do livre-câmbio. In: **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985b.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** v. III. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. **O capital** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEEK, R. L. **Economics and ideology and other essays**. London: Chapman and Hall, 1967.
- MÉSZÁROS, I. **The power of ideology**. London: Zed Books, 2005.
- MILL, J. S. **Princípios de economia política** v. 2. Os Economistas. São Paulo: Nova

- Cultural, 1996.
- PAÇO CUNHA, E. Problemas selecionados em determinação social do pensamento. *Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 28, n. 1, pp. 123-46, 2023.
- ROBINSON, J. *Economic philosophy*. Routledge, 2021.
- RUBIN, I. *A history of economic thought*. Ink Links, 1979.
- SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Taylor & Francis, 2006.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 12, ano VI, 2010. Disponível em: <<https://verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>>.
- VAISMAN, E.; FORTES, R. V. “Apresentação”. In: LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Como citar:

PAÇO CUNHA, Elcemir. O problema da eficácia das formações ideais: o pensamento econômico como ideologia. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 29, n. 2, pp. 01-23; jul.-dez., 2024.